

## PREFÁCIO\*

### *Podem os professores pensar?*

A questão é retórica, não é demais avisar. Propositamente, quer parafrasear Hamid Dabashi, professor de estudos iranianos e literatura comparada, em seu provocativo *Can non-Europeans Think?*. Editado em 2014, compartilha uma indagação comum, visível em publicações anteriores de outros pensadores cujas trajetórias convergem em ao menos dois pontos: são profissionais de origem não-europeia e propõem leituras dessa condição histórica a contrapelo, criticamente. O livro de Dabashi dialoga diretamente com outro, publicado em 1998 por Kishore Mahbubani, filósofo de Singapura: *Can Asians Think?*, com quatro edições e ao menos três reimpressões desde então. Ambas questões estão próximas à reflexão que este livro coloca em pauta: buscam abrir espaço a uma reflexão que recusa a naturalização e a acomodação, por engajar-se em perspectivas transformadoras.

Ao perguntarem sobre a possibilidade dos não-europeus ou dos asiáticos pensarem, os dois autores participam de um amplo debate crítico. As duas questões encontram farto referencial claramente situado entre os chamados estudos subalternos e entre os estudos pós-coloniais, ambos iniciados nos anos 1970, sobretudo por iniciativa de pesquisadores de origem indiana. Relacionam-se também aos trabalhos que discutem identidades essencializadas, como aqueles sobre o “orientalismo”, do professor de literatura e intelectual público de origem palestina, Edward Said, ou os estudos sobre a “diferença da cultura”, do pesquisador nascido na Índia, Homi K. Bhabha. Ao mesmo tempo, essas duas questões críticas se ligam a repercussões e desdobramentos desse debate, nem sempre a eles filiados de modo direto, disseminados e reelaborados em numerosos estudos e projetos vigentes, como as pesquisas apoiadas na noção dinâmica de “Atlântico negro”, do historiador de origem britânica, Paul Gilroy, a reflexão propositiva sobre o “futuro pós-racial”, do filósofo oriundo da Nigéria, Emmanuel Chukwudi Eze, a incontornável “crítica da razão negra”, do historiador e cientista político nascido em Camarões, Achille Mbembe, bem como as incisivas proposições para “desprovincializar a Europa”, do historiador de origem indiana, Dipesh Chakrabarty, as reflexões e performances desconcertantes das “memórias da plantação”, da escritora, psicóloga e artista interdisciplinar de ori-

---

\*DOI- 10.29388/978-65-86678-50-5-0-f.11-20

gem portuguesa, Grada Kilomba, e as “desobediências epistêmicas” do Grupo Modernidade/Colonialidade, organizado nos anos 1990 para aprofundar os estudos subalternos em perspectiva latino-americana.

A lista poderia ser ampliada, sem dúvida. Ao aproximar essas leituras a contrapelo de projetos de perfil público, que objetivam ultrapassar a dimensão crítica e articular alternativas sistêmicas, seria possível avançar por numerosas proposições, como a desglobalização, o decrescimento, o ecofeminismo, a ética do *Buen Vivir*, direitos da Mãe Terra, entre outros. Seria possível encontrar pontos de contato com as críticas de alguns das perspectivas teóricas insurgentes, como a proposta de Chakrabarty para se pensar o futuro de nossa civilização diante do aquecimento global e da necessária justiça climática, que submeteria a dimensão humana e cultural ao planetário – humano planetário, discutido em *The Crises of Civilization: Exploring Global and Planetary Histories*, de 2018. Outra perspectiva insurgente e crítica que se aproximaria dessas alternativas sistêmicas, de modo similar, estaria na ideia de Mbembe de expandir o nosso sentido do futuro tornado possível pela descolonização, ao analisar os paradoxos do momento pós-colonial que aponta para novos modelos libertadores de comunidade, humanidade e “planetaridade”. Trata-se de uma reflexão histórica bastante recente, dada a conhecer apenas pelos materiais de divulgação da editora por enquanto. *Out of the Dark Night*, um conjunto de ensaios sobre a descolonização, será publicado pela Columbia University Press em janeiro de 2021, e com esse dado espero apenas poder assinalar a atualidade e continuidade dessa pauta crítica, impulsionada nos anos 1970.

Mas o que poderia expressar a simples listagem desse conjunto desigual e diverso de nomes, conceitos e interpretações sintetizadas, colhidos a partir de duas questões, selecionadas entre perspectivas críticas difundidas nas últimas décadas, atravessando mais de 50 anos? Que significados podem ser discutidos quando colocadas diante das leituras e reflexões sobre ensino e currículo tecidas por profissionais dedicados ao ensino de história no Brasil em 2020? O que expressam a respeito desses “tempos torpes”?

De início, trata-se de uma reação imediata à leitura dos textos da coletânea. Nela, são mobilizadas de distintas maneiras perspectivas críticas relativas a pensamentos, valores e referenciais hegemônicos. Essas críticas me conduziram diretamente a leituras que indagam a história e a narrativa histórica, e por elas cheguei a Dabashi e companhia. É precisamente o que busco sublinhar ao aproximar referências a tantos estudos e conceitos distintos. Quero destacar o que entendo como convergências ou pontos em comum nesse vasto repertório teórico-propositivo: cada um deles está pautado em criterioso reexame da história

e das epistemologias dominantes, cada qual partindo de um diagnóstico de inadequação, um incômodo, uma indignação. Em comum nesse vasto repertório, há uma insubmissão, sistemática, aprofundada. E esse impulso de insurgência percorre toda a coletânea. Se há um fio condutor delineado ao longo das leituras aqui reunidas ele está reiteradamente exposto na recusa ao silenciamento, à invisibilidade, à irrelevância. É uma recusa debatida em distintas declinações, mas persistente. Está exposta na denúncia a formas, espaços e dispositivos de poder, coação, controle, seja de pautas e atividades de ensino, seja de currículos e prescrições formativas. Está também na defesa de territórios periféricos, na desconstrução de silêncios, no zelo pela diferença, na atenção ao divergente e à diversidade de sujeitos, de culturas e de referências. A insurgência é, como nos estudos subalternos e críticas similares, uma constante.

Certamente esse fio condutor me levou a puxar esse outro fio, a partir da questão de Dabashi. Mas há outras questões. Parece-me importante ter ciência de que todo esse repertório de insurgências existe e está em movimento, assim como me parece fundamental aproximar-se dele, tomar parte nesse repertório. Se é verdade, como esses debates (re)afirmam, que a colonização do saber resulta de um longo processo de (re)produção da colonialidade; se é fato que a questão do conhecimento é central para as perspectivas críticas subalternas; se é real a necessidade de consideração da geopolítica e “corpo-política” do conhecimento; então, torna-se incontornável a essa insurgência assumir seu lugar político e seu protagonismo diante de contextos históricos vivenciados e percebidos por quem fala a partir dele, ou seja, por quem participa desses “tempos torpes”. Caberia, assim, uma segunda questão.

### *Podem os professores falar?*

A questão é novamente retórica, continua prudente avisar. Propositamente, também quer parafrasear um estudo crítico, dessa vez a professora de literatura comparada e intelectual de origem indiana dedicada à crítica pós-colonial e feminista, Gayatri Chakravorty Spivak, em seu instigante ensaio *Can the Subaltern Speak?*. Publicado originalmente em 1985, republicado em 1988 e reelaborado para o livro *Crítica da razão pós-colonial*, de 1999, permanece uma leitura de significativa repercussão no debate desde então. Traduzido e publicado no Brasil em 2010, ao fazer uma crítica a intelectuais ocidentais, a reflexão de Spivak propõe não apenas refletir sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial, mas também uma autocrítica ao grupo dos estudos subalternos. Ao

perguntar se os subalternos podem falar, não duvida da capacidade de exprimir, ainda que muitas vezes por uma linguagem emprestada ou imposta a partir da condição colonial, mas discute a possibilidade mesma da comunicação, de falar e ser ouvido. Para ela, subalterno não pode ser entendido como todo sujeito marginalizado, mas deveria remeter ao sentido original analisado em Antonio Gramsci: aquele cuja voz não pode ser ouvida. Spivak também entende que nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem estar, por isso mesmo, imbricado no discurso hegemônico, no agenciamento desse discurso.

O que poderia, então, o intelectual diante do que está à margem, sem voz? Para Spivak, a tarefa importante é a de criar espaços para que o sujeito subalterno possa falar e ser ouvido, pois não se pode falar por ele, mas sim trabalhar contra a subalternidade que o impede de ser ouvido e considerado. Trata-se de um compromisso com amplas repercussões para escrita da história e, em especial, da história tida como alternativa. Spivak se mostra preocupada com as apropriações da história alternativa – com matizes de gênero, de raça, de etnicidade, de classe – e se pergunta, por fim, quem se preocupa em falar *em nome do outro*, quem define *o outro*. Em outro texto, publicado no Brasil em 1994, “Quem reivindica alteridade?”, a autora é mais uma vez contundente diante dessas indagações. Embora não seja historiadora, as perguntas de Spivak permitem questionar práticas historiadoras de modo incisivo, à medida que consideram as implicações políticas deste ato de narrar. Seria possível afirmar que recusa algum improvável papel justiceiro ou compensador para a narrativa histórica, uma vez que a história não pode substituir a voz do outro, bem como não cabe a ela reivindicar que se volte atrás ou se apague vestígios do passado com base em alguma nostalgia, como, por exemplo, na busca de alguma etnicidade perdida.

Sem ser mencionada nos engajamentos críticos da coletânea, a responsabilidade em relação aos subalternos e às práticas historiadoras reivindicadas por Spivak me parece amplamente acolhida entre as leituras e reflexões em pauta. A atenção com a alteridade e a implicação política se faz presente de várias maneiras, não apenas do ato de narrar, mas também das escolhas envolvidas no ato de ensinar história. Talvez essa atenção esteja em alguns momentos em um limiar, como se deslizesse em algumas reflexões para uma função vicária, supondo ser uma fala outorgada por outrem, em condição subalterna ou invisível na história. Nesse limiar, as duas perspicazes questões de Spivak – sobre a possibilidade de fala e sobre a reivindicação da alteridade – podem trazer indagações preciosas, considerando as continuidades e implicações dos debates a partir da coletânea.

Porém, permanece um incômodo ainda não dito nessa aproximação que faço, retoricamente, ao parafrasear a pergunta da autora: podem os professores falar? Estaria implícita na paráfrase a interpretação de que os professores estariam no lugar de subalternos, de quem se retira a possibilidade de fala? A coletânea nos ajuda a responder. Sim, estaria. Sobretudo ao considerarmos os agenciamentos e as ingerências cada vez mais vigorosos nas decisões sobre a organização e abrangência curricular, em todas as dimensões do ensino formal. Têm sido progressivamente insidiosas as iniciativas que limitam ou substituem a voz de professores na definição dos repertórios de temas e abordagens do ensino, a ponto de afetar dramaticamente também a formação profissional. Por esse ângulo, a paráfrase torna-se quase opressiva, interditando a fala de professores justamente naquele aspecto definidor do papel social desse profissional: na responsabilidade sobre o que é ensinado. No caso do ensino de história, esse papel vai além, e a responsabilidade abarca também a reivindicação de que lugar que-remos assumir na própria história, na narrativa e na ação. Diante disso, se não podem os professores falar, é tarefa incontornável e urgente interferir nessa subalternidade e abrir espaço para que possam falar e ser ouvidos. É uma responsabilidade integralmente assumida pela coletânea.

### *Podem os professores se insurgir?*

“Sim, podemos”. A paráfrase dessa vez ultrapassa a pergunta e se liga assertivamente à resposta de Walter Dignolo a Dabashi. Ao prefaciar *Can non-Europeans Think?*, o professor e pesquisador em semiótica, nascido na Argentina, Walter Dignolo não apenas reafirma a possibilidade do pensamento, da fala e da ação, mas também reivindica a insurgência, a partir da crítica às epistemologias racistas que sustentam nossas narrativas. Um dos pesquisadores mais veementes do Grupo Modernidade/Colonialidade, Dignolo sinaliza filiações “paradis disciplinares” ou mesmo “indisciplinares”, como o filósofo de origem espanhola Ortega y Gasset ou o já mencionado Emmanuel C. Eze, para colocar em pauta o que denomina “desobediência epistêmica”. Retoma do filósofo nascido na Nigéria a contundente crítica à filosofia de Kant, contaminada por preconceitos raciais inconfessos, para criticar o papel da filosofia – e dessa filosofia fundadora monumental – como ferramenta para desqualificar, para classificar. A classificação racial moderna/colonial é assim entendida como uma ficção epistêmica que sustentaria, por exemplo, a pergunta sobre a possibilidade de pensar de asiáticos e não europeus, e também de latino-americanos.

A insurgência em relação a classificações e hierarquias historicamente construídas a partir de relações explícitas e implícitas entre conhecimento e poder é ponto nevrálgico dessa crítica propositiva. Trata-se, como explicita Grada Kilomba por outros caminhos, de demonstrar como tem funcionado o racismo epistêmico e ultrapassá-lo. Em *Desobediência epistêmica*, de 2010, Mignolo detalha essas imbricações entre conhecimento e poder, acompanhando diversos autores na pauta sobre a importância da “descolonização” do pensamento, do imaginário, com Gruzinski, e também proposto a abordagem decolonial do saber e do ser. Como na resposta a Dabashi, eleva a possibilidade do pensar ao mesmo tempo que sublinha a importância de se definir sobre o que e como pensar. Reivindica, em uma palavra, a emancipação. Tanto o prefácio a Dabashi quando o *Desobediência* são leituras que poderiam se coadunar às reflexões e leituras desta coletânea, não apenas quando os textos reivindicam a possibilidade de uma descolonização e de uma abordagem decolonial do currículo de história, mas sobretudo pelo perfil insurgente reiterado a cada texto. Certamente não caberia neste prefácio explorar as filiações e as implicações dessas abordagens – a cientista política nascida no Brasil, Luciana Ballestrin, publicou um artigo esclarecedor sobre o que denominou “giro colonial”, bastante pertinente para se mapear esse debate. Mas me parece ainda importante trazer alguns apontamentos sobre implicações para a narrativa e o ensino de história.

*Podem os professores pensar? Podem os professores falar? Podem os professores se insurgir?*

Mesmo diante de tempos torpes, de situações drásticas, é possível sermos assertivos diante dessas perguntas. Como sugere mais de um autor neste livro, esses momentos também alimentam resistências e utopias. Eu acrescentaria: tempos como este devem alimentar nossos compromissos e engajamentos. Sim, podemos e devemos. Considerar o debate sobre silenciamentos, sobre epistemologias, sobre exclusões, sobre a subalternidade, sobre teorias críticas, sobre diásporas – de corpos, de pensamentos, de crítica – torna-se ferramenta cotidiana desse compromisso.

O que esse engajamento nos sugere, de imediato, é a necessidade constantemente renovada de evitar a sedução dos pontos de chegada, da estabilidade de pensamento, por ser a crítica uma atitude que se revigora e a história um movimento que não cessa, com elas continuam também em mudança nossos modos de pensar e sentir. Dabashi sugere uma ideia similar em seu livro, expli-

citando um “regime de conhecimento” implicado com a continuidade. Outro exemplo é exposto por Said. Ao reavaliar uma das referências fundantes dos estudos pós-coloniais, *O orientalismo*, de 1978, o próprio autor recoloca em discussões suas formas de considerar a representação de outras culturas, sociedades e histórias, a relação entre poder e conhecimento e o papel do intelectual. Ao discutir as questões metodológicas ligadas às relações entre diferentes tipos de textos, entre texto e contexto, entre texto e história em seu “O orientalismo reconsiderado”, publicado originalmente em 2000, Said toma Shakespeare como exemplo para argumentar que até um objeto aparentemente inerte como uma obra literária deve parte de sua identidade às interações com os momentos históricos. Cada época o reinterpreta, não porque ele mude, mas por não existir um objeto fixo tal como um Shakespeare independente de seus editores, dos atores que interpretaram seus papéis, dos tradutores, de numerosos leitores e expectadores em contato com a obra desde o final do século XVI.

O exemplo de Said parece querer apontar justamente para algo que pudesse sugerir um valor incontestável: uma obra literária tão plural quanto monumental. Ainda assim, não seria possível reivindicar um conhecimento estabelecido, estável, imutável sobre ela. Mas isso não pode nos induzir, por outro lado, a um relativismo inconsequente. A narrativa e o ensino de história lidam com variáveis substantivas, fundamentais e incontornáveis. Uma delas é, contraditoriamente, a instabilidade. Quando falamos de momentos de crise e de espaços associados a disputas históricas reiteradas, essa característica nos impõe ainda maior aperfeiçoamento do olhar.

É difícil tentar entender uma região do mundo cujas características principais parecem estar em fluxo perpétuo e que ninguém que tenta compreender pode, num ato de pura vontade ou compreensão soberana, ficar em algum ponto fora desse fluxo. (Said, *O orientalismo reconsiderado*. In: *Reflexões sobre o exílio*, p 115)

Talvez seja essa a ideia mais provocativa – quem sabe promissora – a se considerar a partir das reflexões e leituras deste livro, quando associada à desobediência epistêmica. O historiador de origem indiana, Ranajit Guha, ao discutir em 2002 os limites de uma história mundial, reforça ainda uma vez mais a inadequação de alguma historiografia legitimada nessa escala, considerando, como exemplo, a limitação e o comprometimento com o olhar colonialista que poderia carregar como parâmetro, seja qual fosse o ponto de vista. Guha não só avalia esses limites dessa história, mas apela a historiadores para um envolvi-

mento criativo com o passado, por uma história da presença humana como modo de estar no mundo cotidiano. É, em suma, um apelo à historicidade, distanciando a narrativa das abstrações supostamente universais, globais. Trata-se de uma perspectiva, a meu ver, em potencial diálogo com muitas das abordagens colocadas em pauta nesta coletânea, na medida em que se afasta de planos ilusórios de se estabelecer algo como uma nova estabilidade, um novo universal revisado ou um novo parâmetro histórico que exprimisse de algum modo, alguma forma inconfessa de revanche. Ao aprofundar, como em Chakabarty, a importância de se considerar a um só tempo a heterogeneidade do global e limitação do pensamento eurocêntrico, reitera-se também o zelo necessário em relação aos artifícios para encobrir desníveis e ficções epistêmicas, sempre atreladas às disputas de poder – inclusive de poder sobre os currículos.

Em síntese, diante de tempos torpes, embaraçados, infames e aparentemente inibidores de projetos em favor da autonomia e da emancipação, as leituras e reflexões que aqui se apresentam miram precisamente a superação desse embaraço a partir da crítica. Reconhecer o que há entre os limites e os potenciais da história nesse caso é fundamental, bem como não perder de nossos horizontes o que nos cabe criar, a que somos convocados a nos responsabilizar. Não encontrei outro modo de concluir este prefácio que não fosse com a própria história, trazendo as pesquisas da historiadora dedicada à história das mulheres, nascida na França, Michelle Perrot. Talvez seja a primeira lembrança de leituras atentas aos “excluídos da história”, na época de minha formação como historiadora e professora. Ainda me recordo da forte impressão provocada pela ausência de um olhar complacente e pelas ambiguidades que as análises de Perrot preservavam, conferindo potencial ainda maior ao olhar para a subalternidade

No outono de 1848, em Grenoble, um condenado à morte deve ser guillotinado, primeira execução capital desde a revolução de fevereiro. A execução é adiada por vários dias porque os amoladores da cidade recusam-se a afiar o cutelo. (Perrot. Os excluídos da história..., p. 562.)

*Josianne Francia Cerasoli*

Campinas, dezembro de 2020



## Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.11, p. 89-117, 2013.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. **The Crises of Civilization: Exploring Global and Planetary Histories**. New Delhi: Oxford University Press, 2018.
- DABASHI, Hamid. **Can non-Europeans Think?** London: Zed Books, 2015 [recurso digital]
- EZE, Emmanuel Chukwudi. **Achieving Our Humanity: The Idea of the Post-racial Future**. New York: Routledge, 2001.
- GUHA, Ranajit. **History at the limit of world-history**. New York: Columbia University Press, 2002.
- MAHBUBANI, Kishore. **Can Asians Think?** 4. ed. Singapore: Marshall Cavendish Editions, 2010 [1. ed. 1998].
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la colonialidad**. Colección Razón Política. Argentina: Ed. del Signo, 2010.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani; tradução Denise Bottmann. 2. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. [recurso eletrônico]
- SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [recurso digital]
- SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas sistêmicas**. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. Coletivo 660. Trad. João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. Quem Reivindica Alteridade? In: HOLANDA, H. B. **Tendências e Impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.